

ARTICULAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO AOS PAÍSES LATINOS: EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL-ANOS CINQUENTA

*Iraíde Marques de Freitas Barreiro**

Resumo

Discutimos a criação da Campanha Nacional de Educação Rural em 1952, resultante da combinação de fatores internos e externos ao Brasil, que viabilizaram a implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico do meio rural, tendo por base a educação. Nesses anos, firmaram-se acordos entre os EUA e países latinos a fim de assegurar desenvolvimento econômico profícuo aos países mais pobres e mantê-los sob hegemonia política, econômica e ideológica. Analisamos como a Campanha se desenvolveu alinhada àqueles suportes filosóficos e ideológicos, via educação formal e informal nas escolas e no cotidiano rural, e como o conjunto dessas ações contribuiu para a construção de um homem disciplinado, com novas atitudes, asséptico da sujeira, das doenças e também do patrimônio cultural, para atender aos requisitos da modernização.

Palavras-chave

Educação rural; desenvolvimento econômico; cultura; América Latina.

Abstract

We discuss about the creation of the National Campaign for Rural Education in Brazil, in 1952, which results from the combination of internal and external factors that allowed the application of politics towards the economic development of the countryside, based on education. During the fifties, agreements were made between the USA and the Latin-American countries, in order to assure a profitable economic development on poorer countries and to keep them under political, economical and ideological hegemony. We analyze the way the Campaign was developed, aligned on these philosophic and ideological basis, through formal and informal education devices in schools and in the countryside, and the role played by such a contribution in the making of an orderly man, with a new attitude, rid of dirt, diseases and his backward cultural heritage, to meet the new requirements for a modernization process.

Key-words

Rural education; economic development; culture; Latin-America.

O período desenvolvimentista, anos cinquenta, foi profundamente marcado pela idéia de progresso decorrente do desenvolvimento industrial, com desdobramentos na agricultura. Tal idéia determinou o revivescimento de valores calcados numa noção de cultura centrada no mundo urbano, em detrimento do meio rural. Esse predomínio da cultura urbana acentuou uma distinção valorativa entre o meio rural e o meio urbano, via formulação de estereótipos negativos sobre o homem do meio rural, tais como ingênuo, preguiçoso, doente, maltrapilho, rústico, atrasado, sem ambição.

Compõe, ainda, esse período, uma combinação de fatores externos e internos ao nosso país que viabilizaram a implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento das populações carentes, em particular no meio rural. A nova conjuntura internacional instaurada após a Segunda Guerra Mundial propiciou o estabelecimento de diferentes acordos para assegurar um desenvolvimento econômico profícuo aos países mais pobres. Por meio da ONU, os Estados Unidos passaram a trabalhar com o objetivo de garantir a “ordem social” e preservar o “mundo livre”, lutando para manter um número maior de países sob o seu domínio político, econômico e ideológico. Acreditavam que, na luta ideológica, os povos famintos assimilam melhor a propaganda comunista, quando comparados às nações prósperas. Esse fato levou o governo americano a iniciar, após a Segunda Guerra Mundial, um extenso programa de assistência técnica aos países pobres, especialmente aqueles situados na América Latina (Ammann, 1987, pp. 29-30).

Como desdobramento desse quadro internacional e da conjuntura nacional, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952, no governo de Getúlio Vargas, oficializada em 1956 na gestão de Juscelino Kubitschek e extinta em 1963. Um de seus principais objetivos era adequar os camponeses¹ ao novo modelo de desenvolvimento para torná-los cidadãos e “elevar seus padrões culturais”, concebidos pelo programa como atrasados e inferiores do ponto de vista cultural.² Nos anos 1950, as preocupações do governo brasileiro encaminhavam-se no sentido de promover o desenvolvimento econômico, também como estratégia para evitar a penetração do comunismo e preservar os “ideais democráticos”. Era corrente a idéia de que os habitantes rurais deveriam modernizar-se para se integrarem ao plano nacional de desenvolvimento.

A finalidade deste artigo é discutir como a CNER desenvolveu sua política educacional articulada às idéias hegemônicas daqueles anos, que deram suporte filosófico e ideológico ao programa por meio da educação formal e informal. A primeira desenvolvida nas escolas e nos cursos de treinamentos e a segunda, em diferentes situações do cotidiano rural, tais como reuniões e momentos de convivência entre os habitantes rurais e os técnicos da CNER, sobretudo pelas professoras rurais.

Nos seus trabalhos, a CNER promoveu discussões sobre a habitação rural, a saúde, o lazer, o esporte e a educação política, objetivando desenvolver a cidadania. Por meio de diferentes estratégias, buscou, pela via da educação, influir nas relações interpessoais dos habitantes rurais: na saúde, no lazer, na higiene e nas suas formas de expressão. A educação não se dá somente por palavras, mas por gestos, ações e olhares, que compõem um conjunto de códigos interpretados e internalizados por quem os recebe. Pelo poder de persuasão, esse conjunto de códigos “induz” processos assimilativos, chegando a ser mais eficiente que as palavras.

Esse conjunto de ações, ainda que não explicitado como estratégias para remodelar o homem do campo, certamente, produziu modificações no seu jeito de ser e na sua expressão, dissimulando sua origem social e intervindo em sua cultura, e, conseqüentemente, redefinindo modos de atender às novas exigências da modernização agrária, que requeria maior agilidade, precisão, novos gestos e ritmos. O ritmo que o homem do campo imprimia até então era voltado ao atendimento de suas necessidades, controlado e determinado por ele próprio. Na era da modernização, o lazer ganha caráter econômico, devendo gestos e ritmos ser igualmente reorganizados. Não se trata de apologizar os tempos e a cultura camponesa diante das novas necessidades postas pelo desenvolvimento econômico, mas refletir em que medida a educação desenvolvida pela CNER orientou-se no sentido de levar o homem do campo a se tornar sujeito de suas ações e não mero consumidor e executor de novos valores.

Pressupostos filosóficos e ideológicos: fundamentos e práticas

A celebração de acordos entre Brasil e EUA resultou de encontros, debates e palestras entre as partes, com problematizações acerca das condições de vida das populações pobres, em particular a rural. O norte das ações limitou-se à educação, definida como fator de Segurança Nacional, como exigência de desenvolvimento comunitário-social e responsável pelo processo de expansão e desenvolvimento econômico do país. Vale a pena lembrar que o estabelecimento dessas vinculações e a definição de políticas educacionais para a consecução de objetivos dessa natureza tem marcado a história da educação em nosso país até o presente, no contexto das políticas neoliberais.

Em 1945, foi firmado um Acordo sobre a Educação Rural entre o Ministério da Agricultura do Brasil e a Inter-American Educational Foundation, Inc. (Cooperação subordinada ao Office of Inter-american Affairs, agência do governo dos Estados Unidos), que propunha estabelecer “maior aproximação interamericana, mediante intercâmbio intensivo de educação, idéias e métodos pedagógicos entre os países”.³ Desse acordo resultou a criação da Comissão Brasileira Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR),

composta por técnicos americanos e brasileiros, responsáveis pela execução do programa. Os EUA puseram à disposição da CBAR um corpo de especialistas em educação rural, além de concederem bolsas de estudo para “adestramento” de brasileiros naquele país. O Acordo sugeriu a adoção de Missões Rurais⁴ para o campo e o uso da estratégia de Desenvolvimento de Comunidade, institucionalizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) após a Segunda Guerra Mundial, com a deflagração da Guerra Fria. Aguiar⁵ afirma que “na América Latina, as proposições da ONU serão assumidas e repercutirão através da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina”.

A questão do desenvolvimento entre nós, como nos outros países subdesenvolvidos, passou a ter maior significação a partir da criação da ONU, em 1945, ao oferecer assistência técnica e financeira aos países arruinados pela guerra. A par dessas colaborações, os Estados Unidos criaram Ponto V⁶ e a Inglaterra, o Programa Colombo.⁷

Durante os anos 1950, a ONU empenhou-se em divulgar o Desenvolvimento de Comunidade como medida para solucionar o problema da integração das comunidades carentes aos planos governamentais de desenvolvimento. Essa visão de integração preconizada pela ONU não levava em conta as contradições e desigualdades das sociedades, colocando no desenvolvimento das comunidades o meio para integrá-las à vida nacional. No Brasil, o quadro político encaminhava-se no sentido de torná-lo cada vez mais receptivo à importação dessa ideologia. No segundo Governo Vargas (1950-1954), efetivou-se o Acordo Militar Brasil-EUA, resultante das preocupações geradas pela “guerra fria”, que objetivava preservar o “mundo livre” dos regimes e ideologias comunistas.⁸

Em 1949, sob o patrocínio do governo brasileiro, da Unesco e da União Pan-Americana, realizou-se no Brasil o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, com representantes de países com experiência em Desenvolvimento de Comunidade, como México, Venezuela e Guatemala. Por meio da análise dessas experiências, pretendia-se chegar a conclusões que permitissem assentar as bases para a adoção de um sistema de trabalho compatível com as idéias internacionais em relação à América Latina.⁹

A criação da CNER decorre desses acordos, seguindo as orientações estratégicas do Desenvolvimento de Comunidade e das Missões Rurais. Fundamentada, ainda, em diferentes correntes ideológicas e filosóficas, foi fortemente influenciada pelo neotomismo, amplamente difundido pela Igreja católica e por intelectuais católicos dos anos 1950. O neotomismo é a filosofia expressa por São Tomás de Aquino, no século XIII, retomada com propriedade pelo filósofo cristão Jacques Maritain no século XX, que influenciou o mundo e o Brasil com suas idéias filosóficas e políticas. Os maritainistas preocupavam-se com a “educação da pessoa para a conquista da sua dignidade e da liberdade interior: pessoas livres (pelo conhecimento, pela vontade e pelo amor) reunir-se-iam em torno do

bem-comum, humanizar-se-iam contribuindo para a humanização e libertação do próximo”.

A ênfase na comunidade, no grupo e no indivíduo, que caracterizam o personalismo e o solidarismo presentes em Maritain, se entrelaçam com o pensamento do filósofo cristão padre Lebreton, difundido no Brasil pelos maritainistas, que buscava uma forma de superar o dilema capitalismo/socialismo por meio da “solidariedade”, da “humanização” das relações entre indivíduos e entre as classes sociais. Defendia a associação entre capital, trabalho e governo, com vistas a um “fim comum”, ao “bem comum”. As idéias do padre Lebreton causaram impacto nos anos 1950, porque buscava-se uma resposta cristã para um problema que mobilizava a sociedade da época, que era o desenvolvimento.

A defesa do “bem comum” e da “solidariedade” buscadas por ele apoiavam-se numa perspectiva personalista e abstrata, diferentemente da forma como tais conceitos são concebidos quando se quer pensar os fundamentos da democracia. Para uma cidadania democrática, a solidariedade, juntamente com a liberdade e a igualdade, corresponde à exigência de participação na vida pública, visando ao bem comum.¹⁰ A conquista desses valores pressupõe o acesso à educação, condição primeira que iguala todos os cidadãos em relação ao saber, tornando-os potencialmente aptos a participar da vida pública. O estabelecimento da solidariedade na busca do bem comum deve, portanto, garantir educação para todos, para que os indivíduos não se limitem ao conhecimento de direitos e deveres, mas que lhes assegure também a sua posição de governantes potenciais.¹¹

Compondo esse quadro de produção das idéias, em meados dos anos 1950 no Brasil foi marcante o uso de investigações científicas com o apoio das ciências sociais (sociologia rural, serviço social e a psicologia) no levantamento de problemas sociais e culturais, para a definição dos fins da educação junto aos indivíduos, aos grupos e às comunidades, para melhor formar a personalidade. Fundamentado nas ciências sociais, o diagnóstico das partes que compunham a sociedade era feito a partir das correntes interpretativas fundamentadas nos pressupostos funcionalistas, que utilizavam conceitos como “disfuncionais”, “desajustados”, “ajustados”, “maturos” e “imaturados” para caracterizar o funcionamento de suas partes. Fundamentadas nesses princípios essas pesquisas constituíam o primeiro passo para detectar os problemas na comunidade, classificá-la e enquadrá-la em tipos básicos, numa escala que variava entre “imaturidade”, “integração” e “desintegração”, definindo, dessa forma, o tipo de trabalho que receberiam para superar tais condições. As adjetivações atribuídas às populações rurais expressam como o conjunto dessas teorias se articulou ao contexto da política desenvolvimentista, uma vez que, para promover a modernização do meio rural, era preciso “desenvolver” e “ajustar socialmente” as populações “marginalizadas”.

A meio às metas para alavancar o desenvolvimento econômico e à profusão de idéias para viabilizar isso, tendo a educação como estratégia, a participação da igreja foi expressiva nos anos 1950. Por meio da ação Católica Brasileira e da iniciativa do Bispo D. Inocêncio Engelke, realizou-se em Minas Gerais a Primeira Semana Ruralista, com a participação de párocos rurais, fazendeiros, professores e com ausência de trabalhadores rurais. As conclusões da Semana indicaram que a Igreja estava empenhada na reforma agrária ao se afirmar que “conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Social”.¹²

A Igreja definiu que sua atuação deveria incidir na formação de lideranças, na criação de sindicatos rurais, na organização de comunidades e associações, ao mesmo tempo em que se promoveria a cristianização. Na visão da Igreja, “a transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía a única saída para salvá-lo do comunismo”.¹³ As propostas de reforma agrária nascidas dessa interpretação destinavam-se a formar uma classe de camponeses para se contrapor ao comunismo por meio da ampliação da formação de pequenos proprietários, para salvar a propriedade privada. Essas preocupações aparecem no número especial da *Revista da CNER* dedicada ao cooperativismo. O programa de Educação Moral, dentre outros objetivos, deve “despertar o respeito à propriedade privada”,¹⁴ bandeira defendida pela Igreja, na luta contra o comunismo.

A Igreja atuou e participou intensamente dos debates sobre a reforma agrária nos anos 1950, ao promover Semanas Ruralistas em diferentes estados, a exemplo da I Semana Rural do Clero Paulista, realizada em Botucatu, São Paulo, quando se debateram as condições de vida do homem do campo e as questões relacionadas à reforma agrária.¹⁵

As preocupações com o comunismo e o novo papel dos sacerdotes no tratamento dos problemas da terra foram debatidos na VIII Semana Ruralista, promovida pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, em articulação com a Arquidiocese de São Luiz. No encerramento, Dom José Delgado, arcebispo de São Luiz, afirmou que:

Antes que promovam a socialização compulsória do homem do campo, devemos construir-lhe a voluntária, a coletivização livre, escolhida por ele pessoalmente e alcançada pelos meios que ele aceite com satisfação (...) A missão do clero não se resume apenas na sacristia. Para nós, rezar é também desembainhar um facão e abrir caminhos no meio do matagal social comum. Esta é a missão do sacerdote nos dias atuais, na sua missão agrícola, social, econômica e política sobre a atuação direta da Igreja na salvaguarda do homem do campo que se angustia na luta pela terra.¹⁶

A participação da igreja nos trabalhos da CNER foi intensa, inclusive com a participação de vários bispos em cargos de chefias. Os acordos bilaterais firmados entre Brasil e EUA, após a Segunda Guerra Mundial, com aporte dos pressupostos filosóficos

e ideológicos dos anos 1950, acrescido do apoio da Igreja católica, viabilizaram o desenvolvimento da CNER, com posições que ora avançavam e ora recuavam no processo de luta pela conquista da cidadania do homem do campo, sem, contudo, alterar as estruturas campesinas.

Em relação à reforma agrária, a CNER defendeu uma postura – que ia ao encontro do pensamento da Igreja – no sentido de assegurar a normatização da ordem, da harmonia entre classes sociais distintas e da legalidade requerida pelo Estado, “sem os atritos peculiares às ideologias extremistas”. Dessa forma, a conscientização dos direitos e deveres do homem do campo e a luta pela cidadania foram colocadas como “consciência da dignidade humana” e da “dignidade de quem trabalha”, não devendo confundir-se com a consciência de classe. Com isso, ao mesmo tempo em que a CNER defendia a participação ativa do homem do campo – o que pressupunha ação e criação de novos espaços e, sobretudo, de novos direitos, quesitos para a ampliação da cidadania – instituiu modelos normativos de ação que delimitavam a participação, orientados pela educação formal e informal, nas diferentes instâncias da vida rural.

A casa do camponês: representação do bem estar

Em diversas passagens, a CNER afirma ser preciso reorganizar a vida do camponês, “nos níveis material e espiritual para receber a organização de seus lares”.¹⁷ A superação do atraso dos camponeses representou, dentre outras condições, a remodelação da casa, a aquisição de uma nova concepção de lazer, de tempo, como se portarem à mesa, que praticados na forma como eram concebidos constituíam fontes propiciadoras de doenças.

Sob o argumento de que a habitação camponesa, tal como estava organizada e concebida por seus habitantes, provocava a transmissão de determinadas doenças, particularmente a verminose, devido à falta de higiene, a CNER sugeriu que ela fosse remodelada, tanto do ponto de vista da arquitetura quanto do ponto de vista da higiene. O desenvolvimento de uma nova arquitetura e um plano de reforma para as casas existentes eram medidas tidas como pré-requisitos para uma política de higiene bem-sucedida. As descrições das habitações rurais elaboradas pelos técnicos indicam a preocupação constante de intervirem na construção e na reforma das habitações, de modo a atender aos padrões de higiene valorizados pela CNER. Em um levantamento realizado pela Equipe da Missão Rural da CNER, no município de São João Del Rei, em Minas Gerais, em 1954, as habitações são assim descritas:

Algumas casas apresentam relativa limpeza e razoável grau de habitabilidade, outras são verdadeiras pocilgas. Encontram-se ainda, casas com chão batido, paredes de adobe, sem forro, iluminação deficiente, areação insuficiente, divisão interna dos cômodos

inadequada ao asseio, em geral, precário. A promiscuidade é a regra geral; crianças e adultos dormem nos mesmos leitos, utilizam-se dos mesmos objetos de higiene e bebem e comem em vasilhas comuns. O doente está em contato direto com as crianças, o sadio por pouco tempo continua a sê-lo.¹⁸

As habitações dos camponeses desse município são descritas em tom depreciativo pelos técnicos, comparando-as a pocilgas e com severas restrições quanto à sua arquitetura, atribuindo a elas maior facilidade para o contágio de doenças. A iluminação deficiente, a aeração insuficiente, a divisão interna inadequada dos cômodos compunham um quadro patológico facilitador da proliferação de doenças, agravado pela promiscuidade dessa população, conforme a afirmação dos técnicos da CNER.

As restrições impostas à vida promíscua do camponês e a constante referência a ela, nas anotações dos técnicos, ao que tudo indica, não se justificavam somente sob o aspecto doentio que essa relação poderia determinar, mas muito mais sob o aspecto moral da promiscuidade e da sua incompatibilidade na formação de um corpo regrado e normatizado a ser moldado para atender às novas exigências da modernização. O trabalho apresentado pelo engenheiro agrônomo Severino Pereira da Silva, no 10º Curso de Educadores de Base da CNER, por ocasião da reunião dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, de 21 a 26 de maio de 1956, descreve as condições de vida da população rural do nordeste e refere-se também à promiscuidade, associando-a à questão da moral: “A sua moral (do camponês) se fundamenta na promiscuidade familiar, que até lhe nega os sentimentos da pessoa humana. A sua vida espiritual é presa a credices e sua escola é a mesmice, repetida de gerações para gerações”.¹⁹

A partir das impressões acerca da pobreza e da precariedade arquitetural das habitações rurais, o passo seguinte foi de elaboração de sugestões para reformas. Imbuído dessa preocupação, Francisco Gago Lourenço Filho, chefe do Setor de Treinamento e de Construção de Centros de Orientação de Líderes, de Professores Rurais e Centro de Treinamento de Cooperativismo, sugere: “As casas serão construídas com material próprio da região, sem grande pretensão, semelhante à das comunidades, porém melhoradas. Poderão ser de padrões diferentes e servirem de modelos aos que desejarem construir uma casa resistente e econômica”.²⁰

Tal sugestão é indicativa do caráter contraditório dos trabalhos da CNER, que, se por um lado pretendiam transformar o camponês do ponto de vista cultural, desconsiderando sua cultura, por outro demonstram, nesse momento, a preocupação em construir novas casas em consonância com as existentes. Se essa conduta tivesse prevalecido, certamente a população rural teria tido maior espaço de participação nas determinações de

suas próprias mudanças, no sentido de as mesmas ocorrerem dentro da lógica da cultura camponesa.

A descrição dos novos modelos de habitação parece despertar o entusiasmo da população, mas há incertezas quanto ao respeito à própria cultura camponesa nesse particular:

O ambiente reflete o novo conceito de vida. Os mais pobres buscam esforçar-se por melhorar a casa e consertam uma parede, abrem uma janela, fabricam um móvel (a equipe mantém curso de fabricação de móveis rústicos), caíam a casa, enquanto os menos desprovidos de meios, iniciam obras de construção, e as novas casas se fazem com mais higiene e mais conforto, tendo um fogão, um banheiro, uma latrina.²¹

Em Pé da Serra, na Bahia, a CNER expôs a casa do líder à visitação, como modelo à comunidade local e como estratégia para quebrar resistências e atrair a adesão dos habitantes rurais ao novo padrão de habitação:

A residência do líder está servindo de demonstração aos comunitários, os quais gostam de visitá-la e são muito bem recebidos pelo líder e sua esposa (também líder). Possui um jardim de entrada e tem ao lado uma varanda muito bem ventilada. A casa está mobiliada com móveis simples, mas confortáveis e bonitos. A instalação sanitária dispõe de privada higiênica de louça, banheiro com chuveiro, tanque de cimento e pia de ferro esmaltado. O piso da casa é de cimento, em cores de belo efeito. Completando a harmonia do conjunto, um quintal bem cuidado com muitas árvores frutíferas recentemente plantadas.²²

A discussão entre os habitantes rurais parece ter sido uma prática importante também para os objetivos da CNER, ao se reconhecer que “a resistência dos habitantes diminuía após os conselhos recebidos através de seus vizinhos”.²³ Em diversas situações, a Campanha argumenta que promoveu discussões entre os habitantes rurais, o que poderia indicar, também, intenção de promover a educação política. Porém, acabava por reconhecer, em última instância, que o camponês era resistente devido ao seu atraso cultural.

Ainda no sentido de documentar o próprio trabalho em relação às mudanças introduzidas nas habitações rurais, encontramos a seguinte afirmação: “Imensa é a relação de que já dispõe a CNER e, interessante o seu documentário fotográfico sobre a atuação das equipes de Missões Rurais no tocante à reforma ou à construção de habitações decentes e higiênicas do homem rural”.²⁴

As descrições da CNER são convincentes ao mostrarem que a precariedade de habitação dos camponeses poderia provocar doenças, principalmente a verminose, porém,

esse olhar torna-se simplista ao se considerar essa situação isolada das demais condições estruturais de vida, determinantes da pobreza.

As observações e intervenções dos técnicos não se restringiram à estética arquitetural das casas, mas também se voltaram para o interior das mesmas. O técnico que participou de um levantamento econômico do município de São João Del Rei, em 1954, relata:

Na quase totalidade o mobiliário se resume a um banco e uma mesa na sala, onde enxer-ga o estrado como cama, algumas panelas e canecos como utensílios de cozinha, tudo pobre e descuidado. Como enfeite, nunca falta a galeria de retratos, quadros e santos e uma folhinha, dispostos sobre a mesa. Enfeitando os santos, costumam colocar flores de papel. Nas casas de melhor nível, há sempre guardanapos bordados, ornamentando a mesa ou cantoneiras dos santos.²⁵

Pela descrição, essa é uma casa tipicamente rural, do ponto de vista funcional, pelo aproveitamento feito dos diferentes objetos, transformando-os em utensílios domésticos. Normalmente, canecos e bacias usados na cozinha são feitos a partir do aproveitamento de algum tipo de lata, com o acréscimo de um cabo ou alças. Os enfeites, descritos em tom pejorativos como “galerias de retratos, quadros e santos”, também compõem os costumes das populações rurais, que têm o hábito de colocar em molduras as fotografias dos parentes, particularmente de avós paternos e maternos. O desconhecimento da existência e do significado desses hábitos permitiu que fossem severamente criticados.

Contrapondo-se à não-casa, pobre e sem recursos, Luiz Rogério descreve o novo perfil que a habitação rural ganhou a partir do trabalho da CNER:

a preocupação pela limpeza e pelo bem-estar vai surgindo e os quadros e jarros de flores vão adornando o lar; no quintal cultiva-se a horta, à frente da casa plantam-se flores. As jovens aprendem a fazer utensílios domésticos, com arame, contas, fibras, pedaços de madeira, tampa de garrafas, usando toda essa porção de coisa inúteis que a arte feminina sabe transformar em beleza, e surgem os centros de mesa, os tapetes e capachos, as toalhas e porta-toalhas, os paninhos para o pote ou para o moringue, as cestas de ovos, as peneiras, as bolsas, frutos do trabalho, cujas sobras começam a ser levadas ao mercado, dando, assim, um sentido econômico ao lazer.²⁶

A citação indica que a nova casa também foi adornada com quadros e jarros de flores sugeridos pelo programa, ocorrendo a substituição de um enfeite por outro, permanecendo, contudo, o mesmo gênero. A flores de papéis e a galeria de retratos e quadros que refletiam a cultura camponesa, a tradição, representavam para a CNER o não-adorno, a sujeira, o atraso, sendo substituídos. O mobiliário pobre, os utensílios descuidados e os

não-adornos foram trocados por outros, confeccionados na maioria das vezes pelas donas-de-casa, sob a orientação especializada, dando um sentido econômico ao lazer.

Destacamos que a necessidade de melhoria da qualidade de vida do meio rural é indiscutível, mas o que está em pauta são as formas, os procedimentos e a finalidade com que a CNER desenvolveu seu programa. Ou seja, importava o fato, o real na forma como se apresentava e não os fatores políticos, econômicos e culturais que referendavam a exclusão e agravavam a pobreza.²⁷

Educação formal e informal: saber e persuasão

Como vimos, a CNER fez severas observações e restrições sobre a promiscuidade, vinculando-a a questões de ordem moral e de saúde. O combate a essa situação não se deu somente pela divisão dos cômodos e melhor áreação das casas, mas, sobretudo, por meio da escola, dos cursos de treinamentos, das relações estabelecidas entre a vizinhança e desta com técnicos e professores, que serviam como estratégias e modelos para se atingir um maior número de pessoas e aquisição dos novos hábitos. Sobre o poder da educação enquanto processo para internalização de normas, Soares²⁸ afirma que

[...] a partir dos desenhos que traçam no espaço com a sua materialidade, os corpos e sua gestualidade podem permitir a compreensão de toda uma dinâmica de elaboração dos códigos a que devem responder, das técnicas, pedagogias e instrumentos desenvolvidos para submetê-los a normas.

A ordem e moral são motivos de preocupação no VI Curso de Treinamento de Professores, realizado em Colatina, no Espírito Santo, em 1954, expresso no tema “A criança”, tendo como um dos objetivos “levar as alunas (professoras em treinamento) a respeitarem em si próprias e nos outros os preceitos da moral social mais elevada e as necessidades do espírito”²⁹ para disseminá-los junto à comunidade. Novamente, os modelos são valorizados à medida que os gestos e as ações constituem a expressão do ser humano por completo, facilitando a introjeção e a assimilação daqueles que vivenciam a experiência.

É importante ressaltar a relevância dada pela CNER ao papel da professora rural, tanto em relação a sua atuação em sala de aula, como em outros espaços voltados para sua intimidade e seu caráter. Cabia às professoras não só desenvolver suas atividades docentes, mas adquirir o preparo e o treinamento necessários “para desempenharem o papel que lhes cabia de líderes em suas comunidades”.³⁰ Os cursos de Treinamento de Professoras Rurais deveriam “capacitá-las a desenvolver, através de suas escolas, atividades educativas, com vistas à melhoria de condições higiênicas, sociais e econômicas

das comunidades”.³¹ A escola rural deveria constituir-se em “célula máter na formação do lastro para a fixação de novas técnicas e progressos sociais”.³²

Em 1958, em um curso de treinamento realizado em Colatina, no Espírito Santo, os objetivos do programa de Agricultura prendiam-se a “substituir as crenças e interpretações errôneas pelo conhecimento científico, empregando todos os recursos didáticos possíveis para a concretização dos objetivos: experimentação, demonstração”.³³

Por meios desses cursos acreditava-se que as técnicas de experimentação e demonstração podiam ser associadas ao conhecimento científico e, desse modo, assimiladas sem resistência pelo camponês. A citação ilustra como a escola cumpre o seu papel de legitimadora da ordem ou de mudanças. Arapiraca³⁴ afirma que a

[...] escola permite no seu interior e no curso da sua pedagogia que até mesmo as resistências culturais às inovações sejam racionalizadas ou não, bastando para tanto que haja uma intencionalidade por parte de quem tenha competência na objetivação de seus fins.

A documentação analisada demonstra que, nos anos 1950, a escola rural atuou no sentido de adequar a educação rural formal e informal aos propósitos desenvolvimentistas, veiculando normas e valores por meio do conteúdo ministrado e dos serviços de extensão à comunidade. Tais valores eram propugnados no sentido de disciplinar o camponês a uma forma de trabalho racional. A finalidade da educação rural como agente facilitador do processo de modernização é reafirmada pelo geógrafo Luiz Rogério em artigo publicado. Sem mencionar a localidade, afirma o geógrafo:

A escolinha da roça, animada e ajudada pela professora (que sempre viveu abandonada a si mesma), cria um novo elan e retira da equipe toda a colaboração possível; fazem-se palestras e demonstrações dentro do currículo ou nos intervalos; organizam-se clubes agrícolas e pelotões de saúde, cultiva-se a horta, faz-se experiência da sopa escolar; começam-se pequenos projetos de artes manuais; faz-se boa recreação, em rodas, canções, dramatizações diversas, teatrinho de fantoches (preparados os bonecos pelas mesmas crianças); os cursinhos de costura e bordados absorvem o interesse e o entusiasmo das garotas - a escola começa a viver e atrair a criançada.³⁵

O teatro de fantoche e o cinema educativo foram amplamente usados devido ao impacto que as ações e as imagens poderiam provocar como regeneradores de costumes. A maioria dos filmes produzidos pela CNER apoiava-se no poder simbólico cultural expresso na história do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, a fim de levar à formação de uma nova mentalidade e novos comportamentos. Reafirma-se o esforço do Jeca Tatu como alguém que saiu da condição de doente e pobre para se tornar fazendeiro. Nesse sentido, a CNER

orientava o setor médico-sanitário para atuar por meio de palestras, filmes educativos, histórias ilustradas (Jeca Tatu, Joãozinho Barrigudinho) como arma principal para o despertar da comunidade.³⁶

As citações acima indicam que a extensão e a penetração do trabalho desenvolvido não se restringiram somente à sala de aula, mas atingiram principalmente a comunidade rural, em várias frentes, como a saúde, o lazer, o esporte, para contribuir na formação de um corpo regrado. Sant'Anna,³⁷ ao refletir sobre a história do corpo, afirma que “é sobretudo no decorrer dos últimos cinquenta anos que a tentativa de tornar o corpo algo independente do patrimônio cultural e genético vem ganhando um número crescente de adeptos”. Pelo visto, o projeto educativo da CNER valorizou a construção de um novo corpo, asséptico da sujeira, das doenças e também do patrimônio cultural.

Portanto, um novo enfoque dado ao conteúdo desenvolvido na escola rural buscava transformá-la em agente da modernização, da mesma forma que as restrições e intervenções feitas pela CNER, sobre precariedade das casas rurais e à falta de higiene de seus habitantes, objetivaram redefinir e proporcionar a aquisição de novos hábitos e valores que atendessem aos princípios da modernização. A preocupação em sanear o meio ambiente do camponês parece estar, antes de tudo, associada à intenção de regenerar e disciplinar essa população segundo novos valores. Rago,³⁸ ao estudar o movimento histórico de formação do mercado livre de trabalho no Brasil, entre 1890 e 1930, afirma que a remodelação da casa imunda “induz uma estratégia disciplinar na qual desinfecção e submissão são assimilados simbolicamente: o sonho de tornar o pobre inodoro sugere a possibilidade de construir o trabalhador comportado e produtivo”.

Higiene, saúde e alimentação: preceitos e normas para a integração

Fundamentados na crença de que a família camponesa era anti-higiênica devido à sua ignorância e falta de conhecimentos, a CNER atuou profundamente no setor da higiene por meio da Educação Sanitária. Valendo-se dos índices de mortalidade infantil, incidência de verminose, falta de higiene das casas em geral e da promiscuidade familiar, desenvolveu-se uma política sanitária no meio rural³⁹ penetrando na intimidade da família camponesa para transformar hábitos de vida, sob o argumento de lhe proporcionar uma vida saudável. Por meio de uma pesquisa realizada pela Missão Rural instalada no município de São João Del Rei, em Minas Gerais, o camponês era assim caracterizado:

O homem do campo é antes de tudo um sujo. Não que o queira, mas porque não sabe viver limpo e não sabe porque não lhe ensinaram isso. Os pés do rurícola sustentam a nudez conseqüente à sua ignorância, as suas pernas desprotegidas constituem para

os répteis e insetos, uma presa indefesa. Desde pequeno o rurícola habitua-se a andar descalço. Mesmo possuindo calçado, ele só o usa aos domingos ou dias de festa para ir à cidade. Voltando dela, no meio da estrada, o camponês retira o calçado para não gastar.⁴⁰

Ainda nesse município, ao descrever a higiene no trabalho, os técnicos associam o estado de espírito do camponês à sua pobreza e saúde, como podemos constatar. “Saíndo pela manhã, este indivíduo infeliz pelo baixo padrão de vida que arrasta e pelas doenças que amarguram sua existência, volta somente ao entardecer. Neste dia ele comeu mal, trabalhou mal e arruinou mais um pouco a sua estrutura orgânica”.⁴¹

Na percepção dos técnicos, o camponês é triste porque é pobre, doente e sujo. Tanto o seu estado de imundície pessoal, como o de sua casa representam uma ameaça a si próprio e à família. A pobreza torna-se o novo veículo de contágio de doenças. A representação imaginária, nesse caso, associa a figura do camponês pobre à doença, ao perigo pestilencial, aliado à necessidade de transformá-lo culturalmente, para adequar-se às novas formas de trabalho. No estudo desenvolvido por Rago,⁴² a aquisição de hábitos racionais de comer, vestir, morar e divertir-se já apareciam como condição de ordenação daquela sociedade.

Tarefa difícil é dimensionar a profundidade dessas mudanças no meio rural e como elas foram incorporadas ou não pelos camponeses. Porém, a indicação de que ocorreram está nos próprios relatos da CNER, em várias passagens e nas atitudes de resistência do homem do campo. Tais fatos reforçam-se a partir de um balanço que esse programa elaborou em relação a suas atividades na Bahia, em 1958, nos municípios de Cruz das Almas, São Felipe, Senhor do Bom Fim, Muritiba e Feira de Santana:

As atividades da CNER evoluem dia a dia em razão das naturais etapas de transformação ou “mudança”, que se vão observando nos costumes e nas reações do povo sob a pressão lenta e segura dos líderes locais orientados pelos técnicos da CNER. Em Cachoeirinha - Bahia, “o povo está observando os preceitos de higiene do lar, do banho, da limpeza”.⁴³

A constatação de mudanças de hábitos na população rural é confirmada também pelo Coordenador da CNER, ao ser entrevistado pela imprensa:

O volume de resultados obtidos demonstra que a técnica de Missão Rural, já em número de vinte e uma, produz frutos e conduz o homem rural a uma melhor compreensão dos seus problemas, despertando-lhe o espírito de iniciativa, melhorando a sua capacidade produtiva e elevando os seus padrões de vida.⁴⁴

Partindo sempre da perspectiva de que os camponeses são por natureza atrasados, a CNER abordou sob o mesmo enfoque a questão da alimentação no meio rural. Os técnicos referiam-se aos hábitos alimentares dos camponeses enfatizando sempre a precariedade das vitaminas e proteínas em suas refeições. Os alimentos mais usados eram o feijão, angu de milho e couve. Verduras, frutas e ovos, bem como carne, raramente apareciam na refeição do camponês.⁴⁵ Assinalam que, contribuindo para agravar esse quadro, o camponês faz “pouco uso dos talheres e a ausência de higiene das mãos completam o quadro sombrio para a saúde que representa o rurícola à mesa de refeições, ao mesmo tempo que ingere alimentos, leva também ao seu corpo os elementos nocivos à saúde”.⁴⁶

Com o intuito de resolver os problemas de saúde relacionados à higiene, essas questões foram discutidas no 1º Curso de Habilitação para Professores Rurais e no IV Curso de Treinamento para Professores Rurais, em Colatina, no Espírito Santo, em 1958. Nas aulas de culinárias discutiram-se os tabus alimentares do meio rural e ainda “como servir a refeição: arranjo da mesa e serviço”.⁴⁷

Essas novas orientações eram encaminhadas no sentido de submeter o camponês a um quadro de normas posturais traduzidas em como se portar à mesa, como utilizar os talheres, o que e quando comer. A eficácia dessas orientações está no encadeamento sincrônico de gestos e atitudes necessários ao manejo dos utensílios que compõem o ritual de boas maneiras da refeição disciplinada, regrada, da sociedade contemporânea. Com o encadeamento sincrônico de gestos, não se impõem somente boas maneiras que justifiquem uma vida saudável, mas se faz com que o corpo do indivíduo se adapte da melhor maneira possível para responder à eficácia dos gestos. Ou seja, essa situação leva a crer que, juntamente com a aquisição de novos hábitos, impõe-se também uma nova conduta, como instrumento disciplinar⁴⁸ a partir da correlação entre o corpo e seus gestos pensados e harmônicos, que refletirão no conjunto das ações dos camponeses em diferentes afazeres racionais e modernos.

Freire,⁴⁹ ao estudar a decomposição dos aspectos culturais da família colonial e os desdobramentos dessas alterações, no que tange às refeições, afirma:

O ritual da alimentação, a reunião da família em torno da mesa, atende a necessidade outras que não as de pura nutrição biológica. A refeição é ocasião de encontro e retração da família sobre ela mesma. É também oportunidade dada aos indivíduos de exercerem controles sobre suas condutas. [...] É o momento de transmitir o modo de vida, o modo contido, disciplinado, higiênico e polido, funciona como norma do bem se conduzir na casa e na vida.

As reflexões desenvolvidas reforçam-se ainda mais quando verificamos o conteúdo programático da aula de Educação Moral e Cívica do curso de Habilitação de Professoras,

ao pretender “desenvolver condutas no lar, nas ruas, na escola, na igreja, nas casas de diversões, à mesa”.⁵⁰ Ou seja, ao que tudo indica, as novas orientações em torno da alimentação foram além, propondo-se desenvolver condutas normativas que extrapolaram o valor da boa alimentação e da saúde.

Na concepção da CNER, os hábitos de vida do camponês são todos determinantes de doença. O lazer desorganizado tornava o camponês triste, conduzindo-o à insanidade mental; a casa mal construída e mal dividida conduzia-o à promiscuidade geradora de doenças; os tabus alimentares e o pouco uso dos talheres determinavam a verminose; finalmente, quando o camponês estava “doente”, preferia o atendimento dos curandeiros ao tratamento médico convencional. Referências nesse sentido constam de pesquisa realizada pela Missão Rural, ao constatar que o município possuía algumas instituições de assistência médica ignoradas pelos camponeses.

Os que deles tem consciência, muitas vezes não os procuram, devido a motivos vários; incerteza quanto à maneira como serão atendidos, dúvidas a respeito do tratamento dos hospitais para com os indigentes, influência dos curandeiros que procuram, por motivo fácil de compreender, afastar os pacientes dos médicos, e a crença de que “se vai ao hospital para morrer” e outros motivos vários, que atestam o grau de ignorância do homem do campo.⁵¹

A citação mostra-nos que, se, por um lado, a CNER defendia o uso da medicina convencional, por outro, contraditoriamente, ela própria reconhecia que o tratamento hospitalar destinado ao camponês era de indigente. Historicamente, a assistência médica de que o trabalhador rural dispôs sempre foi a de indigente, fato que, dentre outros, explica sua preferência por curandeiros. Somente nos anos 1970 houve ampliação dos direitos sociais, com definição de critérios mais igualitários e expansão do sistema previdenciário, que incorporou novas categorias, até então à margem do sistema, dentre elas os trabalhadores rurais. A CNER observava que os curandeiros levavam seus tratamentos às últimas conseqüências, encaminhando seus doentes ao médico da sede quando acreditavam não haver mais retorno. Entretanto, asseguravam que a “vontade de Deus seja feita”,⁵² sugerindo com isso que a vida ou morte estão na dependência de Deus.

A crença no curandeiro e em Deus, e a crença de que “se vai ao hospital para morrer”, ao contrário de atestarem o grau de ignorância do camponês, pode significar o grau de consciência da situação precária em que vive. Essa crença atesta o reconhecimento da falta de assistência médica adequada, por omissão do Estado, e não porque o camponês nesse particular seja ignorante, despossuído de conhecimento ou alienado. Chauí,⁵³ ao estudar, na sociedade brasileira atual, a crença que as classes populares devotam às

diversas religiões e em Deus, para obterem alguma graça e resolverem seus problemas do cotidiano, afirma que esses pedidos ocorrem não porque as classes populares sejam alienadas, mas exatamente “pelo conhecimento da impotência presente que se pede a cura através do milagre, pois caso contrário a morte é certa” (...) “Os pedidos não são feitos porque se escolhe uma via religiosa, mas se escolhe uma via religiosa porque se sabe que no presente não há outra”.

Logo, a pobreza e a sujeira não são determinantes diretos de doenças no campo, mas consequência da própria estrutura econômica dominante, fechada e opressora, que lhe impossibilita uma vida mais digna. Essa situação reflete ainda as condições de precariedade e humilhação a que estão submetidas as classes populares, para as quais a cidadania não existe e a opressão é regra geral.

Decorrido quase meio século do término da CNER, a situação da educação no meio rural e da agricultura continuam à míngua, contando com a “vontade de Deus”, devido à precariedade de políticas públicas para os dois setores – educação e agricultura. Nem mesmo a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) define uma política educacional para o meio rural. Dessa forma, a educação, que sempre foi negada às camadas sociais desfavorecidas e em particular ao homem do campo, por razões históricas, mantém-se desigual na oferta e no acesso, “enquanto os projetos especiais trazem a compulsoriedade de uma ação político-pedagógica que acomode e adestre essa mão-de-obra de acordo com as necessidades da divisão social do trabalho e dentro dos estreitos limites de sua utilidade econômica”.⁵⁴ Essas razões, certamente, explicam a grande fertilidade da CNER no contexto dos acordos e adequações de políticas definidas pelos países hegemônicos aos periféricos, no âmbito da América Latina.

Recebido em março/2006; aprovado em maio/2006.

Notas

* Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, *campus* de Assis, no curso de Psicologia, e professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp-Marília, responsável pela disciplina Formação de Professores no Âmbito das Políticas Públicas.

¹ O termo *camponês* foi introduzido no Brasil pelas esquerdas nos anos 1950, com significado político, traduzindo as reivindicações e lutas do meio rural. Contrapondo-se a esse conceito, a direita criou o termo *rurícola*, de caráter despolitizador. Além desses dois termos, a CNER usava outros, para designar o homem do campo. O uso do termo *camponês* no Brasil tem merecido reflexões de inúmeros estudiosos. Caio Prado

Júnior (1966, pp. 204-205) é a favor da utilização mais precisa desse termo para designar, exclusivamente, o pequeno agricultor, empresário de sua própria produção. Otávio Guilherme Velho (1982, p.45) acrescenta, de forma bastante oportuna, que, no caso brasileiro, a noção de camponês não se equipara “à situação camponesa clássica ou mesmo de outros países latino-americanos onde sobrevivem comunidades indígenas organizadas em moldes camponeses”. Segundo ele, no Brasil, há diversos graus de autonomia de trabalho entre os parceiros, meeiros e arrendatários, por exemplo, dificultando a utilização mais rígida do termo. Para a consecução deste artigo, usaremos o termo *camponês*, conforme os pressupostos de Velho, não significando a transposição de categorias originalmente referentes à Europa ocidental ou atribuindo à mesma a conotação política dos anos 1950. Os termos *trabalhador rural*, *homem do campo* e *população rural* presentes neste artigo não se diferenciam do uso do termo *camponês*, aparecendo apenas como variações de vocabulário, para dar mais agilidade à redação.

² *Revista da Campanha Nacional de Educação Rural*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, vol. 1, 1954, p. 131.

³ AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 6 ed. São Paulo, Cortez, 1991, p. 31.

⁴ As Missões Rurais desenvolvidas no Brasil inspiraram-se nas Missões Rurais mexicanas, surgidas em 1922, após o triunfo da revolução social do México, quando o governo lançou uma campanha para a construção de escolas primárias para a população indígena, para melhoria da educação rural, em atendimento às promessas feitas aos revolucionários. Em 1938, essas missões foram abolidas, sendo que em 1943 são relançadas em novas bases. Dessa vez, “o objetivo central era constituir um verdadeiro organismo de educação extra-escolar, capaz de exercer ação decisiva e direta sobre o indivíduo, a família e a comunidade, tendo em vista a melhoria das precárias condições de vida do povo”. Ver *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 14, n. 38, pp. 51-58, 1950.

⁵ AGUIAR, A. G. *Serviço social e filosofia: das origens a Araxá*. 4 ed. São Paulo, Cortez, 1985, p. 71.

⁶ Nos anos 1950, o governo americano expandiu o Programa Truman, que se refere ao Ponto V, por considerá-lo um “auxílio mais eficiente, como meio de combater o comunismo, cuja infiltração chegou, em certo momento, a preocupar seriamente os líderes democráticos”. Ver *Jornal do Brasil*, 19/09/52, p. 5. Em 1958, seis técnicos da CNER receberam treinamentos do Ponto IV sobre recursos audiovisuais no Estados Unidos, na Universidade de Bloomington, Indiana. Em 1959, foram enviados ao treinamento mais dois técnicos e outros cinco receberam treinamentos dos técnicos americanos no Rio de Janeiro. Ver *Revista da CNER*, v. 8, p. 203, 1959.

⁷ AGUIAR, op. cit., p. 70.

⁸ *Ibid.*, p. 77.

⁹ PAIVA, V. P. *Educação popular e educação de adultos*. 4 ed. São Paulo, Loyola, 1987, pp. 194-197.

¹⁰ BENEVIDES, M. V. Cidadania e democracia. *Revista Lua Nova*. São Paulo, Cedec, v. 33, 1994.

¹¹ CANIVEZ, P. *Educar o cidadão*. Trad. Estela dos Santos Abreu e Cláudio Santoro. Campinas, Papirus, 1991, p. 31.

¹² CAMARGO, A. de A. “A questão agrária: crise de poder e reformas de base”. In: BORIS, F. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1984, p. 146.

¹³ MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 88.

¹⁴ *Revista da CNER*, v. 9, 1960, p. 113.

¹⁵ *Folha da Manhã*, 1952, p. 7.

- ¹⁶ *Boletim Mensal Informativo*. Rio de Janeiro, CNER/MEC, n. 4, 1958, p. 29.
- ¹⁷ *Revista da CNER*, v. 1, 1954, p. 131.
- ¹⁸ *Id.*, p. 83.
- ¹⁹ *Revista da CNER*, v. 3, 1956, p. 130.
- ²⁰ *Id.*, 1954, v. 1, p. 37.
- ²¹ *Id.*, p. 53.
- ²² *Id.*, 1958, v. 6, p. 85.
- ²³ *Boletim Mensal Informativo*. Rio de Janeiro, CNER/MEC, 1958, n. 6, p. 85.
- ²⁴ *Revista da CNER*, 1958, v. 6, p. 85.
- ²⁵ *Id.*, 1955, v. 2, p. 88.
- ²⁶ *Id.* 1954, v. 1, p. 53.
- ²⁷ BARREIRO, I. M. de F. *Cidadania e educação rural no Brasil: um estudo sobre a Campanha Nacional de Educação Rural*. São Paulo, Faculdade de Educação, USP, 1997.
- ²⁸ SOARES, C. L. “Corpo, conhecimento, e educação: notas esparsas”. In: SOARES, C. (org.). *Corpo e história*. Campinas, Autores Associados, 2001, p. 111.
- ²⁹ *Revista da CNER*, 1961-1962, v. 10, p. 120.
- ³⁰ *Id.*, p. 62.
- ³¹ *Ibid.*
- ³² *Ibid.*, p 129.
- ³³ *Id.*, p. 213. O ensino por demonstração consiste “em induzir os elementos que assistem a adquirirem o material, depois de verificarem a sua utilidade”. Ver *Revista da CNER*, v. 3, 1956, pp. 112. GARCIA, P. B. (*Educação: Modernização ou Dependência?* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, pp. 13-25), ao elaborar um estudo para conhecer melhor o fenômeno da transposição dos padrões educacionais de um país (hegemônico) a outro (periférico), em 1975, afirma que o efeito de demonstração consiste na interdependência entre um sujeito e outro no que concerne ao consumo. Continua o autor que “nesta interdependência alguém que se depara com um padrão de vida superior tem o desejo de elevar o seu nível de consumo. A demonstração de um estilo de vida considerado superior e suscitará, com ‘efeito’, o desejo de idênticas fruições”.
- ³⁴ ARAPIRACA, J. Escola de Produção Comunitária: uma proposta de desenvolvimento integrado tomando a escola como centro. 1º SEMINÁRIO SOBRE MEIO RURAL E EDUCAÇÃO. IESAE, Fundação Getúlio Vargas, 1981, p. 23.
- ³⁵ *Revista da CNER*, 1954, v. 1, p. 53.
- ³⁶ *Id.*, p. 21.
- ³⁷ SANT’ANNA, D. B. “É possível realizar uma história do corpo?” In: SOARES, C. (org.). *Corpo e história*. Campinas, Autores Associados, 2001, p. 17.
- ³⁸ RAGO, M. *Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 174.
- ³⁹ A CNER promoveu diferentes campanhas para que houvesse um “maior aproveitamento coletivo dos seus ensinamentos”, tais como: campanha contra o tracoma, o amarelão, a sífilis, a tuberculose, a mor-

talidade infantil, os vícios, campanhas para construir fossa e hortas domésticas, comerciais ou escolares, campanhas para construir “casas decentes” e outras, ainda, voltadas para a agricultura. Ver *Boletim Mensal Informativo*, 1960, n. 27, p. 8.

⁴⁰ *Revista da CNER*, 1955, v. 2, p. 82.

⁴¹ Id.

⁴² RAGO, op. cit., p. 175.

⁴³ *Revista da CNER*, 1958, v. 6, pp. 11-15.

⁴⁴ *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 1960, vol. 77, p. 163-165.

⁴⁵ *Revista da CNER*, 1955, v. 2, p. 77.

⁴⁶ Id.

⁴⁷ Id., v. 10, p. 233.

⁴⁸ A esse respeito consultar Foucault (*Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1983, p. 138), que analisa a correlação do corpo e dos gestos no século XVIII como instrumento disciplinar.

⁴⁹ FREIRE, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 88.

⁵⁰ *Revista da CNER*, 1961-1962, v. 10, p. 207.

⁵¹ Id., 1955, v. 2, p. 69.

⁵² Ibid., p. 78.

⁵³ CHAUI, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 82-83.

⁵⁴ FONSECA, M. T. L. da. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo, Loyola, 1989, p. 19.